



EU É UM OUTRO (JE EST UN AUTRE)

José Carlos Pinheiro Prioste*

Resumo: Rimbaud e as questões da linguagem e da alteridade na modernidade.

Palavras-chave: poesia; linguagem; alteridade.

Resumé: Rimbaud et les questions de la langage et de l'altérité dans la Modernité.

Mots-clés: poésie; langage; altérité.

Eu é um outro. É desta proposição do poeta Rimbaud (2009), em carta a Georges Izambard em 13 de maio de 1871, que queremos partir e não chegar, senão seria o lançamento de uma âncora em um porto definitivo que negaria o modo de existir de quem ousou a poesia como vida errante e esta como poesia da errância.

Ao postular tal frase o poeta se atém ao paradigma gramatical da língua francesa que tem por premissa organizacional a posição suprema do sujeito no início de qualquer sentença. Tal frase que configura uma estrutura gramatical sequencial correta, com a posição do sujeito, verbo e predicado dentro das normas que determinam a língua francesa, no entanto, desobedece aos princípios de concordância entre o sujeito e o verbo assim como com o predicado.

Primeiramente, observemos a relação entre o sujeito e o verbo. Uma frase cujo sujeito esteja na primeira pessoa do singular exige que o verbo concorde com este sujeito. Ou seja, não pode haver concordância se o sujeito for da primeira pessoa e o verbo estiver na terceira do singular, como é o caso da sentença proferida pelo poeta. Assim, tem-se um estranhamento que imediatamente interpõe-se na recepção do leitor, ou ouvinte, ao constatar que há uma dissonância gramatical entre o que determina a regra e o que propõe esta frase. Deste modo, há um discurso que emerge imediatamente ao se ouvir tal frase: é o que se refere à norma da língua. Roland Barthes (1978) afirmou que a língua é fascista, pois ela não somente nos obriga a falar, como ela nos impõe um discurso dentro de regras que impedem a expressão além das margens estabelecidas.

O verbo ser aplicado ao sujeito nesta proposição deveria estar na primeira pessoa e não na terceira. Tal utilização "equivocada" da conjugação verbal, no entanto, não denota o desconhecimento da língua francesa, como aqui, por exemplo, foi acusado Carlos Drummond de Andrade ao utilizar o verbo ter no lugar de haver ao formular seu célebre verso: "no meio do caminho tinha uma pedra". Na língua portuguesa o registro coloquial articulado por grande parte dos falantes no Brasil procede de modo inverso ao determinado pela norma gramatical, com a conjugação de verbos na terceira pessoa do singular com a primeira pessoa do plural, como por exemplo: nós vai, nós é. Mas esta proposição do poeta francês é inusual em qualquer língua pois há um desacordo entre o sujeito e a conjugação verbal. Se pensarmos que o poeta devia conhecer a língua francesa, pressupõe-se, então, que tal erro gramatical tenha um propósito. E qual seria este? Apenas provocar um efeito estético de afrontar as normas gramaticais? Efetuar um desvio da norma somente por uma gratuidade experimental de desconstruir o correto para efetivar outra possibilidade expressiva? Ou teria algum sentido a mais do que isso?

Observemos então as particularidades desta proposição em sua conformidade organizacional discursiva. Primeiramente este sujeito, o EU, posiciona-se no início da frase, como todo e qualquer enunciado habitual e corriqueiro de uma língua. O fato desta proposição não se ajustar ao padrão normativo já deve ser considerado como algo a ser pensado devido ao fato dela se situar em uma aparente conformidade ao regar linguístico e, no entanto, seu ordenamento gramatical afrontar a lógica.

A palavra sujeito em sua raiz etimológica tem por significação as seguintes definições: posto debaixo, colocado, situado abaixo; posto diante, exposto a; subordinado, submetido, sujeito, dependente; que está à mão, à disposição, que está pronto; acrescentado, colocado depois; colocado perto, próximo, vizinho; substituído, falsificado; levado para cima. Todas estas definições têm um ponto em comum que é o de configurar uma condição de inferioridade do que está posto debaixo, exposto a, subordinado, submetido, dependente, substituído. Aquilo que deveria ser da primazia no discurso, por seu posicionamento convencional sempre se situar no início das frases, no entanto, tem um sentido contrário: a submissão, a subordinação e a inferioridade. O eu, o sujeito, que supostamente representaria, em qualquer enunciado, a voz da enunciação a comandar o discurso da frase, talvez, seja, na verdade, o comandado, não somente pela ordem da língua, mas por um conjunto de normas sociais que lhe determinariam um posicionamento ordenador de aparente comando mas que não se traduz, efetivamente, em uma autônoma condição livre. O conceito de sujeito, no qual suportamos a efetivação de alguma ação, enquanto substantivo, de acordo com a primeira acepção lexical dicionarizada, é, na verdade, o indivíduo dependente ou subordinado a um suserano no regime feudal, vassalo e súdito. A segunda acepção do dicionário, algo não muito confiável para se pensar no sentido e não no significado estrito das palavras, refere-se a uma pessoa indeterminada, cujo nome não se enuncia. Na

sentença rimbaudiana o sujeito da oração está sob a forma do pronome pessoal, um eu. Este pode não se referir propriamente ao eu do poeta, como institui um fundamento da teoria literária ao separar o poeta que escreve seus poemas do eu lírico que pode não remeter ao indivíduo. Este eu pode ser entendido como uma abstração que ultrapassa a condição individual para abarcar uma noção mais ampla que se refira ao conjunto da espécie humana como um todo, e não a um específico eu que se refira exclusivamente ao poeta.

Se Descartes (1999) pressupunha o eu como fundado exclusivamente pelo pensar a constituir o ser, o eu que Rimbaud postula não se funda no pensamento, mas na relação com um outro. Outro eu, perguntaríamos? Se a proposição do poeta postula que eu é um outro, este outro seria outro eu? Ou seja: a sentença fundaria seu alicerce na noção de que o eu que parece me constituir é também a mesma instância que constitui todos os outros eus que não sou eu? Se eu penso que sou eu, tal premissa parece constituir todas as formulações dos outros eus que se pensam como tal. Ou seja: cada um como um único e exclusivo eu, quando essa mesma ideia se repete em um jogo de espelhos infinito que reflete unicamente a face de cada eu que se pensa como único. Essa proliferação de eus, no entanto, parece se fundar na ideia de que o outro, que também se pensa como um eu, não seja um eu, mas um outro. Entretanto, este outro parece ser também um eu. Assim, a relação infernal entre eu e os outros, na concepção sartriana, aqui fundar-se-ia na constatação de que há somente um eu a se pensar a si mesmo como centro do seu pensar? Tal exclusividade da centralidade do eu como constituinte do sujeito exclui do seu âmbito a ideia de que o outro também seja um eu, pois o eu não se pensa como um outro para o outro, mas apenas como eu para si próprio. Teríamos, dessa forma, apenas um eu que ignora o outro também como eu. Assim, o que o poeta parece querer postular é que qualquer eu é um outro eu para si próprio.

Rimbaud ao estruturar a sentença sob uma forma gramaticalmente incorreta, ou seja, ao fazer concordar o sujeito, o eu, a primeira pessoa do singular, com o verbo ser na terceira pessoa, traz à tona uma questão não propriamente gramatical, mas que remete à própria representação do nosso pensar. E a língua é uma forma estrutural de se pensar o que concebemos como universo. O verbo ser, de função predicativa, ou seja, aquilo que confere um atributo, qualidade ou propriedade a um ser, às vezes se constitui como um sentido vazio e desempenharia a função de ligação entre o sujeito e o predicado, como registra o dicionário. Entretanto, devemos pensar que a sentença do poeta parece não propriamente afirmar algo mas postular uma questão que se refere aos rigores da lógica fundada no Ocidente. O princípio da identidade se funda na ideia de igualdade identitária entre dois termos em que A:A. Heidegger (1973) supõe neste traço identitário o verbo ser. Se A é igual A, ou seja, uma coisa é uma coisa, e não outra coisa, temos concomitantemente o princípio da identidade como instância determinante do princípio da não contradição. Neste, uma coisa não pode ser simultaneamente outra coisa, assim como o eu não pode ser outro. Dentro deste modo de pensar o eu é o eu e nada mais que o eu. Ou seja, o eu não pode ser um outro. Se postulamos anteriormente que o eu da sentença de Rimbaud poderia ser cada eu considerado na perspectiva de um eu como um outro, ou seja, como um eu que é também outro eu, parece que bifurcamos em uma vereda que parece apontar outro sentido além dessa noção de alteridade.

Estaria Rimbaud a nos apontar aquilo que mais tarde outro poeta, que escreveu em nossa língua, problematizaria o eu como uma instância múltipla e não unificada, indefinida, complexa e paradoxal? O pensarsentir, ou o sentirpensar, de Fernando Pessoa (2006) parece ser corolário desta proposição fundadora do poeta francês que ao asseverar o eu como um outro postularia que o conceito de alteridade se funda na interioridade deste terreno movediço que é o próprio eu, e não exclusivamente na representação do eu do outro como um outro eu. O poeta português ao lançar mãos de personas, sob a forma de heterônimos, para configurar a multiplicidade de eus que habitam sua identidade, parece partir da postulação rimbaudiana que pressupõe que para o próprio eu este se constitui como outro. A multifacetária identidade pessoana desconstrói a ideia de unidade, uniformidade e igualdade que determina que o eu é igual ao próprio eu. Essa equação especular é prismatizada por um variegado caleidoscópio que não situa mais em um centro absoluto a ideia de um eu definitivo.

Jorge Luis Borges no conto "O outro" narra a ficção de um encontro entre ele, já velho e cego, consigo próprio ainda novo diante de rios diferentes em espaços diversos a configurar o conceito heraclítico da transformação permanente das coisas. Se o eu que me constituía no passado não é mais o mesmo que ainda habita este corpo, que também não é mais o mesmo, aquele eu agora para mim é um outro que não reconheço mais. O que seria então o eu? E minha identidade é uma inconstante à deriva em um vagar cujo viver seja sempre a imprecisão daquilo que não possui a precisão, a certeza e o definir exato do navegar? Este somente é preciso, como exatidão, frente à imprecisão do viver que não se guia por bússolas ou astrolábios.

O princípio da identidade funda-se na relação de igualdade entre dois termos em que um não é o espelho do outro, posto que a imagem especular é sempre o inverso do refletido, mas uma absoluta simetria que exclui a contradição. Eu seria, de acordo com este princípio, o mesmo eu e não outro. Dentro desses princípios lógicos alguns não de pensar a proposição do poeta francês como uma licença poética do eu lírico a devanear na terceira margem da poesia, território não alicerçado nos rigores do pensar claro das ideias distintas. Rimbaud pensa o eu não na relação identitária de igualdade, mas de diferença a constituir esse terreno movediço que Freud nos mostraria com suas obscuridades a mascarar o que pretensamente se apresenta como unidade e inteireza. Ao afirmar que o eu é um outro, o poeta questiona o princípio da identidade como uma relação de igualdade absoluta, e pensa o eu como um universo desconhecido para si próprio. Outro eu habitaria o mesmo eu que se apresentaria, então, como diferença do mesmo e não como igualdade absoluta. No lugar da igualdade, a diferença, e ao invés de identidade unitária, uma permanente transformação que não repousa mais na definibilidade da certeza absoluta de uma verdade inquestionável, mas na inconstância de uma identificação que se modifica como as águas de qualquer rio em um constante correr. A proposição de Rimbaud instaura um modo de pensar que não mais se funda nos princípios lógicos norteadores da tradição ocidental, pois não concebe mais as coisas por noções opositivas, em que isto não pode simultaneamente ser aquilo já que somente se pode definir uma coisa, de acordo com estes princípios, quando esta se constitua como unidade indissolúvel e não paradoxal. O pensamento poético trafega na contramão do pensar lógico e postula que o modo opositivo de conceber as coisas não reflete a constituição dinâmica de um universo que se funda em uma integração indissolúvel de algo com seu contrário. O que pensamos como opositivo, e, portanto, não sendo idêntico nem constituinte de uma identidade definida, aos olhos iluminados do poeta por outra

luz, aparece como uma dinâmica integrativa dos contrários como constituintes do mesmo pela diferença, e não pela exclusão do que o difere. O que constitui o eu não se funda na igualdade de si próprio, mas naquilo que é excluído por aparentemente não se conformar dentro da estreiteza de uma relação uniforme. O eu como um outro se apresenta nesta complexa proposição como um desvio do pensar lógico que somente se determina pelo conceito de identidade como igualdade, unidade e uniformidade. Para o pensar poético, como afirmou o poeta Octavio Paz (1982), isto é aquilo: concomitantemente, simultaneamente, inseparavelmente. Deste modo o eu é também um outro não somente para a noção de alteridade em que cada eu é um outro para outros eus, mas como um pensar dinâmico que não mais repousa na confortável estabilidade da identidade em oposição à contradição. O contraditório em que isto e aquilo se fundem em um todo integrativo questiona as identidades fixas, como nos mostra Deleuze (2000), a partir dos paradoxos que postulam um pensar distante dos princípios que regem nossa lógica. A poesia, principalmente a de Rimbaud que instaura isto que aqui denominamos de literatura subterrânea, não se funda no modo lógico de pensar. Talvez por isso Aristóteles, (Heráclito, 1973) cujo livro sobre a lírica tenha desaparecido, tenha denominado Heráclito de obscuro. No pensar poético as equações lógicas se subvertem e integram em uma unidade indissociável o que se constitui logicamente como oposições distintivas. Assim, o eu não se apresenta na exclusividade de um mesmo eu, mas na “inclusividade” diferencial do seu oposto como parte integrativa e indissociável de uma relação dinâmica e não estática.

Rimbaud com seu modo “intuitivo” de pensar, de acordo com o parecer de um raciocínio lógico, funda outro pensar que não se dissocia do sentir, do imaginar, do inventar, do contradizer. Incorpora tudo de forma alquímica para operar uma transmutação do pensar em outra concepção de poesis, diversa da ideia do fazer platônico que postula apenas o utilitário, já que o poeta nada realizaria de produtivo, mas apenas imperfeições diante do inteligível da verdade ideal única, definitiva e definida. O poeitar rimbaudiano postula a fantasia como constituinte indissociável do pensar. Se a lógica ocidental se estrutura por oposições, estas devem ser entendidas, de acordo com o pensamento poético, não como anuladoras do que lhe é contrário, mas como partes constituintes de uma integração dinâmica indissolúvel. A lógica poética não se funda no modo opositivo, mas integrativo que sob o prisma da lógica das ideias claras e distintas se configura como paradoxal, contraditório e ilógico.

Assim o eu, sob o prisma poético, sendo outro não se constitui como uma contradição, mas como condição inerente ao modo de ser que conjuga em si próprio seu contrário. Se o inferno são os outros. e se o eu é um outro, ou outros, então o inferno encontra-se dentro de cada um já sendo outro não compreensível para si mesmo.

***José Carlos Pinheiro Prioste** é coordenador do setor de Teoria da Literatura do Instituto de Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Publicou o ensaio “No enveredamento das sertanias” em *Crítica literária contemporânea*, 2013.

REFERÊNCIAS

- HERÁCLITO. *Os pré-socráticos*. Trad. W. Regis. São Paulo: Abril Cultural, 1973.
- BARTHES, Roland. *Aula*. Trad. Leyla Perrone-Moysés. São Paulo: Cultrix, 1978.
- DELEUZE, Gilles. *Lógica do sentido*. Trad. L.R.S. Fontes. São Paulo: Perspectiva, 2000.
- DESCARTES, René. *Discurso do método*. Trad. Enrico Corvisieri. São Paulo: Nova Cultural, 1999.
- HEIDEGGER, Martin. *Que é isto – a filosofia?* Trad. Ernildo Stein. São Paulo: Abril Cultural, 1973.
- PAZ, Octavio. *O arco e a lira*. Trad. Olga Savary. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.
- PESSOA, Fernando. *Obra póstica*. Rio de Janeiro: Nova Aguillar, 2006.
- RIMBAUD, Arthur. *Correspondência*. Trad. Ivo Barroso. Rio de Janeiro: Topbooks, 2009.

Recebido em: 01/03/2016

Aprovado em: 08/03/2016